



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 23/2012:

Delega no Ministro dos Transportes e Comunicações competência para renegociar, em nome e em representação do Governo de Moçambique, a alteração do Contrato de Concessão e dos Termos da Concessão do Porto de Nacala, aprovado pelo Decreto n.º 20/2000, de 25 de Julho.

Ministério da Função Pública:

Diploma Ministerial n.º 145/2012:

Aprova o Quadro de Pessoal Central da Administração Nacional das Pescas.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 23/2012

de 18 de Julho

Havendo necessidade de rever os Termos de Concessão e as cláusulas do Contrato de Concessão do Porto de Nacala, por forma a permitir a realização de investimentos no referido Porto, o Conselho de Ministros, no uso das competências atribuídas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, determina:

Artigo 1. É delegada no Ministro dos Transportes e Comunicações competência para renegociar, em nome e em representação do Governo de Moçambique, a alteração do Contrato de Concessão e dos Termos da Concessão do Porto de Nacala, aprovados pelo Decreto n.º 20/2000, de 25 de Julho.

Art.2. Na alteração do Contrato de Concessão e consequente adequação dos Estatutos da Concessionária, devem ser salvaguardados os seguintes princípios:

a) Definição e Implementação dum mecanismo de gestão comercial e operacional do porto de Nacala, que garanta que o acesso ao Porto e bem assim aos serviços

portuários possa sempre ser feito por todos os potenciais utilizadores e em igualdade de circunstâncias;

b) Estabelecimento duma política de definição, aplicação, alteração ou actualização de tarifas, que permita salvaguardar e assegurar a viabilidade económica e financeira da prestação dos serviços portuários e complementares; e

c) A não redução da participação social da entidade pública detentora de participação no capital social da Concessionária.

Art.3. O Ministro dos Transportes e Comunicações deverá apresentar a proposta de alteração do Contrato de Concessão e dos Termos da Concessão do Porto de Nacala bem como a respectiva proposta de decreto para aprovação, até noventa dias a partir da data de publicação da presente Resolução.

Art.4. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 12 de Junho de 2012.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Aires Bonifácio Baptista Ali*.

MINISTÉRIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Diploma Ministerial n.º 145/2012

de 18 de Julho

Havendo necessidade de aprovar o Quadro de Pessoal Central da Administração Nacional das Pescas, abreviadamente designado por ADNAP, criada pelo Decreto n.º 4/2010, de 8 de Março, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 13/2007, de 16 de Outubro, ouvido o Ministro que superintende a área das Finanças, a Ministra da Função Pública determina:

Artigo 1. É aprovado o Quadro de Pessoal Central da Administração Nacional das Pescas, em anexo e que faz parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Art.2. O preenchimento do presente Quadro de Pessoal fica condicionado à existência de disponibilidade orçamental.

Art. 3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Função Pública, em Maputo, 4 de Junho de 2012. – A Ministra, *Vitória Dias Diogo*.

Quadro de Pessoal Central da Administração Nacional das Pescas

Funções e carreiras	DG	SGP	SMP	DP	DJ	DTIC	DAF	RRH	TOTAIS
Funções de direcção, chefia e confiança									
Director-Geral	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Director-Geral Adjunto	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Director de Serviços	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Chefe de Departamento Central	0	2	3	1	1	1	1	0	9
Chefe de Repartição Central	0	0	0	0	0	1	1	1	3
Secretário Executivo	2	0	0	0	0	0	0	0	2
<i>Subtotal</i>	<i>4</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>18</i>
Carreiras de Regime Geral									
Especialista	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Técnico Sup. Administração Pública de N1	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Técnico Superior de N1	0	3	3	2	3	0	3	1	15
Técnico Profissional de Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Técnico Profissional	0	0	1	0	0	1	2	1	5
Técnico	0	3	6	1	0	0	1	0	11
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	0	2	1	3
Agente Técnico	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Auxiliar Administrativo	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Agente de serviço	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Auxiliar	0	0	0	0	0	0	4	0	4
<i>Subtotal</i>	<i>0</i>	<i>7</i>	<i>11</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>23</i>	<i>6</i>	<i>54</i>
Carreiras de regime especial não diferenciado									
Auditor	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Técnico Superior das TIC. N1	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Técnico Profissional das TIC	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<i>Subtotal</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>3</i>
Carreiras específicas									
Técnico Superior das Pescas de N1	0	4	4	0	0	0	0	0	8
Técnico Profissional das Pescas	0	4	2	0	0	0	0	0	6
<i>Subtotal</i>	<i>0</i>	<i>8</i>	<i>6</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>14</i>
Total Geral	4	18	21	4	5	5	25	7	89